

Dia Nacional do Ostomizado

A Luta pela Efetivação de Direitos e a Inclusão Plena

Apresentação

Raquel Brodsky Rodrigues

Defensora Pública Federal e Membro do GT PID – Grupo de Trabalho Atendimento à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência

Data e Local

25 de Novembro de 2025

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)

Câmara dos Deputados





Ostomia: Uma Condição de Saúde e o Reconhecimento como Deficiência Física

Fundamento Legal para a Garantia de Direitos

Lei nº 11.506/2007: Institui o Dia Nacional do Ostimizado em 16 de Novembro, com o objetivo de combater o preconceito e dar visibilidade à realidade das pessoas ostimizadas.

Reconhecimento Legal como Pessoa com Deficiência Física

Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004 reconhecem as pessoas ostimizadas como pessoas com deficiência física, garantindo acesso a todos os direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Este reconhecimento é fundamental, pois transforma a ostomia de uma simples condição médica em um direito social, abrindo as portas para políticas públicas de saúde, inclusão e acessibilidade.

"Ostomia: o país ignora. Nós não!" — Campanha Novembro Verde 2025, MOBR

A Garantia Constitucional à Saúde e a Assistência Integral

Direitos Fundamentais das Pessoas Ostomizadas

Direito ao Fornecimento de Insumos

O SUS tem o dever de fornecer **gratuitamente, continuamente e de forma adequada** os equipamentos coletores e adjuvantes, conforme a Portaria GM/MS nº 400/2009 (Diretrizes para Atenção à Saúde da Pessoa Ostomizada).

Assistência Multiprofissional

Direito ao acompanhamento em Centros Especializados em Reabilitação (CER) e por equipe multiprofissional:

Enfermeiro estomaterapeuta

Psicólogo

Assistente social

Inclusão e Acessibilidade

Atendimento prioritário, direito à reabilitação e reinserção no mercado de trabalho.



A Judicialização como Ferramenta de Efetivação de Direitos Coletivos

O Caso Emblemático de Pernambuco (2017/2018)

Contexto e Violação: Risco à Vida e Dignidade

Em 2017, o Grupo de Trabalho (GT) Saúde da DPU identificou uma **grave violação aos direitos das pessoas ostomizadas** no estado de Pernambuco, onde houve a **descontinuidade no fornecimento de bolsas coletoras** pelo SUS.

Sem acesso aos insumos essenciais, pacientes foram forçados a improvisar com **materiais perigosos, como sacolas plásticas**, comprometendo sua higiene, saúde e dignidade.

A Ação da DPU: Judicialização Coletiva

A DPU ajuizou uma **Ação Civil Pública (ACP)** e emitiu a **Recomendação 01/2018** à Secretaria de Saúde de Pernambuco, exigindo:

- Implementação de medidas preventivas contra o desabastecimento
- Consideração das necessidades individuais nas licitações
- Abandono do critério exclusivo de menor preço
- Estabelecimento de processos de consulta aos usuários

O Resultado: Transformação de Direitos em Realidade

A atuação coletiva da DPU demonstrou que a **provocação administrativa** e a **judicialização** podem ser efetivas para transformar a **omissão estatal em obrigação**, garantindo o acesso a insumos fundamentais e a dignidade das pessoas ostomizadas.

Defesa da Integralidade: Além da Bolsa Coletora

O Caso de Vitória da Conquista (Bahia)

O Caso Individual: Atuação em Defesa da Integralidade

A DPU atuou em Vitória da Conquista, na Bahia, para garantir o fornecimento de uma **cadeira de rodas adaptada com almofada específica** para uma pessoa ostomizada. Este caso é emblemático porque demonstra que a defesa dos direitos não se limita ao insumo básico.

Tese Defendida pela DPU

É fundamental considerar as **especificidades das pessoas ostomizadas** na dispensa de equipamentos médicos em geral, não se limitando apenas aos insumos diretamente relacionados à ostomia. A integralidade do cuidado exige uma visão integrada e multidisciplinar da deficiência física.

Por Que Este Caso É Importante?

A cadeira de rodas adaptada com almofada específica não é um luxo, mas uma necessidade de saúde. A inadequação postural compromete a circulação, aumenta o risco de lesões de pele e infecções, afetando diretamente a qualidade de vida e a reinserção social da pessoa ostomizada.

Fluxo Prático para o Cidadão

A DPU oferece **assistência jurídica gratuita** para a defesa de direitos individuais e coletivos negados pelo Poder Público. Quando o SUS nega equipamentos essenciais, a DPU atua tanto na esfera administrativa quanto judicial para garantir o acesso.

O PL 1144/2022: Estabelecendo Prazos e Responsabilização

Uma Iniciativa Legislativa para a Efetivação de Direitos

Projeto de Lei nº 1.144/2022

Autora: Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)

Apresentação: 06 de maio de 2022

Relatoria na CCJC

Relator: Deputado Duarte Jr. (PSB/MA)

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 6 de dezembro de 2024.

Objetivo

Acrescentar o **Art. 17-A** ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), estabelecendo um prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias** para a realização da cirurgia de reversão da ostomia, contado do encaminhamento médico para a realização do procedimento.



Transformando Omissão em Obrigação: O Mecanismo de Efetivação

Como o PL 1144/2022 Garante o Acesso à Cirurgia de Reversão

PL 1144/2022, § 2º: "Caso a cirurgia não seja realizada no prazo previsto no caput deste artigo, o poder público deverá providenciar sua **imediata realização por meio da rede privada de saúde.**"

Prazo Máximo: 180 Dias

O PL estabelece um prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias** para a realização da cirurgia de reversão da ostomia, contado do encaminhamento médico para a realização do procedimento. Este prazo é claro, objetivo e previsível.

Obrigação de Custeio na Rede Privada

Se o SUS não realizar a cirurgia no prazo, o poder público é **obrigado a custear a realização na rede privada de saúde**. Este dispositivo transforma a omissão estatal em uma obrigação financeira, eliminando a desculpa de falta de recursos ou capacidade.

Processo Administrativo para Responsabilização

O PL 1144/2022, § 3º, prevê que a **não observância do disposto neste artigo implicará a instauração de processo administrativo pelo órgão competente para apuração da responsabilidade**. Isto garante que haverá consequências para o descumprimento.

Impacto: Redução de Judicialização e Garantia de Dignidade

| | |
|------------------------------|--|
| Redução da Judicialização: | O dispositivo legal cria uma obrigação clara, reduzindo a necessidade de o cidadão recorrer à Justiça para garantir seu direito. |
| Responsabilização: | Gestores públicos saberão que há consequências administrativas pelo descumprimento. |
| Dignidade e Previsibilidade: | Garante ao paciente um horizonte de tratamento e reinserção social. |

Por uma Cidadania Plena: O Compromisso com a Pessoa Ostomizada



Síntese

A ostomia é uma condição que exige do Estado o cumprimento de seu **dever constitucional** de garantir saúde, inclusão e dignidade a quem vive com essa realidade.

Apelo ao Legislativo

Conclamamos o Congresso Nacional a dar **celeridade à aprovação** de projetos como o PL 1144/2022 e outros como sobre política nacional de proteção às pessoas ostomizadas, isenção de tributos, obrigatoriedade de banheiros adaptados, que traduzem a defesa de direitos em ações concretas e prazos definidos.

Compromisso da DPU

A Defensoria Pública da União seguirá **vigilante na defesa** dos direitos individuais e coletivos, garantindo que a invisibilidade não seja o destino das mais de 400 mil pessoas ostomizadas no Brasil.

CONTATO: gtidosopcd@dpu.def.br